

Escolas exigem a reserva de

Quinta-feira, 8/11/90

matrícula

Dida Sampaio — 31.08.90

Vânia Rodrigues

Enquanto os contratos de matrícula para o ano letivo de 1991 não ficam prontos, alguns colégios estão exigindo que os pais façam a reserva de vaga, assinando um requerimento no qual concordam antecipadamente com as cláusulas do contrato que ainda está sendo elaborado. Neste termo de reserva a escola esclarece apenas que o contrato será em BTN e definirá critérios e datas para a atualização dos seus preços. O diretor do Procon, Melchiades do Espírito Santo, entretanto, alerta aos pais para não assinarem, por enquanto, o documento. "Estamos verificando a legalidade deste termo de reserva, e os pais podem ficar tranquilos pois teremos uma resposta antes do início do período das matrículas", ressalta.

O diretor do Procon disse que já recebeu denúncias de algumas escolas que estão distribuindo estes termos de reserva, mas ele citou apenas o Colégio Inei, porque o maior número de reclamações é desta escola. "O Inei deu prazo aos pais para entregar o termo assinado, como pré-matrícula, até o dia 6

passado. Mas felizmente a maioria dos pais são esclarecidos e vieram ao Procon antes de assinar o tal termo". Melchiades comenta que nesta reserva de matrícula o Inei promete distribuir o seu contrato a partir da próxima sexta-feira. "O que automaticamente dispensa a assinatura do termo", enfatiza.

Para Melchiades estas atitudes das escolas têm o objetivo de confundir os pais e obrigá-los a concordar com todos os critérios unilaterais que elas vêm adotando.

Ainda esta semana Melchiades vai encaminhar os termos de reservas de matrículas recebidos pelo Procon ao Conselho de Educação, para que os conselheiros verifiquem a sua legalidade. "Os donos de escolas podem alegar que o Conselho não interfere mais na questão econômica, mas a parte pedagógica é responsabilidade do Conselho e os colégios estão sujeitos a obedecer as normas definidas por ele", afirma Melchiades, lembrando que cabe ao Conselho analisar se o condicionamento da renovação da matrícula do aluno a assinatura do termo de reserva é uma atitude antipedagógica.

Suspeita de cartel existe

O secretário Nacional de Direitos Econômicos, Salomão Rotemberg, anuncia hoje, se os donos de escolas terão que prestar esclarecimentos ao órgão, por serem suspeitos de estar agindo como empresas formadoras de cartel. Ontem à noite, Salomão se reuniu com o diretor do Procon, Melchiades do Espírito Santo, e do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), Márcio Pugliedi, para analisar as primeiras provas do processo que pede o enquadramento das escolas como cartel. Márcio adiantou que os documentos apresentados até agora são insuficientes para caracterizar o cartel, "mas eles são fortes o suficiente para exigir dos donos de escolas explicações sobre o procedimento que elas vêm adotando".

Todas as provas — relação de escolas atuadas pela Sunab por terem reajustado as mensalidades, cartas usando o mesmo argumento para justificar um reajuste igual de 96% parcelado em três vezes — foram apresentadas pelo Procon. Márcio lamenta que pais, os maio-

res interessados pelo problema, não estejam atuando em conjunto com estes órgãos. "Se as Associações de Pais se engajassem no movimento as coisas se resolveriam com maior rapidez", lamenta Márcio, acrescentando que até ontem, nenhum pai procurou o DPDC para tratar do assunto.

Enquadramento

Para enquadrar as escolas como empresas cartelizadas, Márcio explicou que será necessário comprovar que existe um acordo de cavalheiro entre os donos de escolas que os levaram a agir da mesma forma. "Já temos uma parte dos documentos que comprova este acordo, e os outros serão os próprios donos de escolas que irão nos fornecer". O diretor do DPDC ressalta, também, que neste encontro com os donos de escolas, onde eles terão que comprovar que não formam um cartel, é provável que virá a público outra verdade: "Nem todos os colégios deram o aumento de 96% aos professores conforme eles tentam repassar para os pais. (V. R.)